



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRAL DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA – CIAC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Renaly da Silva Sousa

**O IMPACTO DO NOVO ENSINO MÉDIO NAS AULAS DE HISTÓRIA: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS-PB**

Campina Grande – PB

2024

Renaly da Silva Sousa

**O IMPACTO DO NOVO ENSINO MÉDIO NAS AULAS DE HISTÓRIA: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso Licenciatura Plena em
História da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito à obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientador: Prof(a). Me. Natália Santos Amorim

Campina Grande – PB

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725i Sousa, Renaly da Silva.
O impacto do novo ensino médio nas aulas de história
[manuscrito] : um estudo de caso no município de Cabaceiras-
PB / Renaly da Silva Sousa. - 2024.
41 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2024.
"Orientação : Profa. Ma. Natalia Santos Amorim ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC. "
1. Escola em tempo integral. 2. Cabaceiras - Paraíba. 3.
Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs. 4. Diretrizes
curriculares. 5. Novo Ensino Médio - NEM. I. Título
21. ed. CDD 372.89

RENALY DA SILVA SOUSA

**O IMPACTO DO NOVO ENSINO MÉDIO NAS AULAS DE HISTÓRIA: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciado em História.

Aprovada em: 26/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NATALIA SANTOS AMORIM**
Data: 26/06/2024 20:50:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Natalia Santos Amorim (Orientador) Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **PATRICIA CRISTINA DE ARAGAO**
Data: 27/06/2024 19:30:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **NOEMIA DAYANA DE OLIVEIRA**
Data: 26/06/2024 21:29:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Noemia Dayana de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar primeiramente minha profunda gratidão a Deus, sua presença em minha jornada acadêmica e em todos os aspectos da minha vida.

Aos meus pais Eliete e Antônio pelo amor incondicional, apoio emocional e incentivo contínuo ao longo de toda a jornada acadêmica, sem os seus esforços em toda minha trajetória educacional que não foram poucos, não estaria aqui finalizando uma nova etapa da minha vida, mesmo sem as melhores condições financeiras, não me deixaram faltar nada, pois a maior riqueza vocês já tinham me dado, que é ter vocês em minha vida. Eu amo vocês.

Ao meu marido Luis Felipe, por todo apoio e companheirismo que compartilhamos todos os dias, em especial, toda força que me passou para que eu pudesse continuar minha graduação, sem seu apoio e incansáveis ajudas, não teria conseguido chegar onde cheguei, obrigado por nossa família, por ter você todos os dias comigo. Eu te amo.

Gostaria de agradecer a minha orientadora Natália, pela orientação constante, paciência e ricas sugestões ao longo deste processo. Seu conhecimento e orientação foi fundamental para o desenrolar deste trabalho.

Agradeço também aos professores Noemia Dayana de Oliveira e Patrícia Cristina de Aragão participantes da banca por suas valiosas contribuições a este trabalho.

Agradeço a UEPB pela experiência única em especial a todo corpo docente do curso de história, que me permitiu uma educação de qualidade e discussões que elevaram minha aprendizagem.

A comunidade escolar que se disponibilizou para realização da pesquisa.

A todos que contribuíram direta e indiretamente a este trabalho.

Meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

O processo educacional no Brasil não é recente e tem relação direta com as mudanças que ocorreram na história da formação política brasileira. De nosso interesse a análise das mudanças ocorridas na Educação no que se refere ao Ensino de História entre o final do século XX e início do século XXI, temos por objetivo principal estudar as mudanças realizadas pelo projeto do Novo Ensino Médio nas Matrizes Curriculares Estaduais da Paraíba e problematizar a sua legislação mediante as diretrizes Curriculares Nacionais- DCNs. Ainda em processo de adaptação a nova reforma implantada está sendo muito discutida e criticada, pois interfere na estrutura curricular gerando uma diminuição considerável em algumas disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da qual a disciplina de história é uma das que são muito prejudicadas. Buscando observar se essas alterações chegaram a impactar municípios de pequeno porte objetivou-se também nessa pesquisa compreender os impactos causados pelo Novo Ensino Médio - NEM nas aulas de história nas escolas estaduais Clóvis Pedrosa e Alcides Bezerra do Município de Cabaceiras- PB. Compreendendo as diferenças entre as matrizes curriculares implantadas na Paraíba, observando a percepção da comunidade escolar da cidade de Cabaceiras mediante as mudanças propostas pelo NEM. Para alcançar os objetivos foi realizado um levantamento bibliográfico, em conjunto com aplicação de questionários, semiestruturados com professores e alunos da rede da educação básica, em conjunto como análise de livros didáticos de antes e depois do NEM, seguido pela análise dessas informações adquiridas. Efetivamente foi possível observar divergências importantes entre as diretrizes educacionais presentes nas escolas assim como a percepção dos professores e dos alunos a respeito da aplicação e do estudo da disciplina de história já com as regras implantadas pelo NEM. Identificando os possíveis problemas que são observados pela comunidade escolar.

Palavras Chaves: diretrizes curriculares, parte diversificada, escola integral, escola parcial, Cabaceiras

ABSTRACT

The educational process in Brazil is not recent and has a direct relationship with the changes that have occurred in the history of Brazilian formation. Several phases stand out, starting with the Jesuits, followed by the government of Getúlio Vargas. In the late 20th century, other elements became important, such as the creation of the LDB (Brazilian Education Guidelines and Bases Law), and finally, as the latest process, the implementation of the NEM (New High School). This latest process, still in the adaptation process, is being widely discussed and criticized because it interferes with the curricular structure, generating a considerable decrease in some subjects of the National Common Curricular Base (BNCC). The history discipline is one of the most affected, and there is an effort to observe if these changes have impacted small municipalities. The objective of the research was to understand the impacts caused by the New High School - NEM on history classes in the state schools Clóvis Pedrosa and Alcides Bezerra in the Municipality of Cabaceiras, PB. Understanding the differences between the curricular matrices implemented in Paraíba, observing the perception of the school community of the city of Cabaceiras regarding the changes proposed by the NEM. To achieve the objectives, a bibliographic survey was conducted, along with the application of semi-structured questionnaires with teachers and students of basic education, as well as the analysis of textbooks from before and after the NEM, followed by the analysis of this acquired information. It was possible to observe significant divergences between the educational guidelines present in schools as well as the perception of teachers and students regarding the application and study of the history discipline already with the rules implemented by the NEM. Identifying the possible problems observed by the school community.

Keywords: curricular guidelines, diversified part, full-time school, part-time school, Cabaceiras

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Diretrizes curriculares turmas da 2º e 3º séries da ECIT-----	22
Figura 02: Diretrizes curriculares turma 1º séries da ECIT-----	24
Figura 03: Diretrizes curriculares turmas do 1º, 2º e 3º das series de ensino regular-----	26
Figura 04: Diretrizes curriculares turmas do 1º, 2º e 3º das series de ensino regular (Itinerários Formativos)-----	27
Figura 05 A e B: Fichas catalográficas livros Ensino médio-----	34

LISTA DE SIGLAS

(BNCC) Base Nacional Comum Curricular

(DCN's) Diretrizes Curriculares Nacionais

(ECIT) Escola Cidadã Integral Técnica

(LDBEN) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(MEC) Ministério de Educação

(NEM) Novo Ensino Médio

(PCN's) Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCEM) Propostas Curriculares do Ensino Médio

(SEEPB) Secretaria da Educação do Estado da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO-----	10
2	OBJETIVOS-----	12
2.1	OBJTIVO GERAL-----	12
2.2	OBJTIVO ESPECÍFICO -----	12
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-----	11
3.1	EDUCAÇÃO NO BRASIL ENTRE SÉCULOS (XX – XXI) -----	12
3.2	O NOVO ENSINO MÉDIO-----	16
3.3	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS) E PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DA PARAÍBA -----	17
4	METODOLOGIA-----	19
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO-----	19
4.2	FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS-----	19
4.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS-----	20
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO-----	21
6	NOVA DIRETRIZ ESCOLAS INTEGRAIS-----	23
7	ESTRUTURA CURRICULAR ESCOLAS PARCIAIS-----	25
8	PERCEPÇÃO DO CORPO DOCENTE E ALUNOS EM RELAÇÃO AS DINÂMICAS DAS AULAS DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO-----	27
9	ESTRUTURA DOS LIVROS DIDÁTICOS VOLTADO PARA HISTÓRIA ANTES E DEPOIS DO NEM-----	33
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	36
	REFERÊNCIAS-----	37

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre educação no Brasil é falar sobre um processo que não é recente. A estrutura histórico-social educacional no país esteve por muito tempo intrinsecamente ligada ao aspecto econômico. Certa feita, por muitos anos ocorreu aqui uma distinção clara sobre a disposição de recursos sociais presentes na nossa sociedade destinada à educação, gerando uma série de problemas que variam desde um nível desigual da qualidade de ensino até mesmo a falta de acesso a uma educação mínima.

A formalização do processo educacional no Brasil se dá a partir do modelo educacional jesuítico, entre os séculos XVI até o século XVIII. Baseados no modelo de cultura europeia os jesuítas tinham como principal objetivo o trabalho missionário. Consequentemente o ensino neste período possuía uma ligação muito forte com o catolicismo, esta ligação com a igreja fazia com que o ensino abrangesse uma rigidez relativamente forte com o viés voltados aos princípios morais religiosos (PAIVA, 2012).

Ao adentrar no século XX percebeu-se que no Brasil não existia um órgão governamental que tinha a responsabilidade no âmbito da educação. Apenas na Revolução de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, que grandes transformações ocorreram no sistema educacional, sendo criado o Ministério da Educação, administrado pelo ministro Francisco Campos.

Segundo Carvalho (2014, p. 17), a educação “tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos.” É apenas no final da República Velha que o governo reconhece a educação, e realiza as medidas cabíveis para que possa ocorrer a sua expansão a todos, regulamentando a carreira de docente e a contratação de professores.

A partir da década de 1980 ocorrem mudanças e reformulações até então não instauradas. Com novas diretrizes formadas, é consolidada no ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), cujo intuito era ampliar a oferta do ensino médio público. Entretanto, não havia perspectivas para que, juntamente à essas leis, viessem também recursos financeiros para abarcar toda população que tinha a carência no ensino de qualidade ofertado de forma ampla e gratuita. Mesmo assim, a LBD torna-se um dos principais documentos que passaram a regular a educação básica no Brasil desde então.

Levando em consideração os últimos anos, tivemos grandes mudanças na educação básica. Dentre elas destaca-se a proposta do Novo Ensino Médio (NEM). A proposta curricular do novo ensino médio tem como intuito a diversificação da oferta para os jovens nas disciplinas, podendo seguir diferentes percursos acadêmicos e com um leque maior na

questão da profissionalização. A Lei nº 13.415/2017 pretende atender as expectativas dos jovens, fazendo com que eles sejam os protagonistas no itinerário que for o escolhido, possibilitando o aprofundamento da área já realizando uma construção do seu currículo.

Entretanto, na prática, o novo ensino médio trouxe consigo vários questionamentos, como a diminuição na carga horária de algumas disciplinas, a não obrigatoriedade de ensino em disciplinas específicas, a sobrecarga nos profissionais para ser passado os assuntos associados aos cursos técnicos, muitos não tendo a formação específica, ou a contratação de profissionais de forma precária na transmissão do ensinamento para lidar com os jovens no ambiente escolar. Ainda assim, seus efeitos entre discentes e docentes ainda são relativamente pouco conhecidos, o que justifica investigações neste sentido.

Nessa continuidade, esse trabalho tem por objetivo inicial compreender os impactos causados pelo Novo Ensino Médio - NEM nas aulas de história entre os professores e alunos nas escolas estaduais Clóvis Pedrosa e Alcides Bezerra do Município de Cabaceiras- PB, como meios para a contemplação desse objetivo será analisado mudanças realizadas pelo projeto do NEM nas Matrizes Curriculares Estaduais da Paraíba, buscando compreender as diferenças entre as matrizes curriculares atuais e as anteriores implantadas na Paraíba, e por fim observar a percepção da comunidade escolar da cidade de Cabaceiras mediante as mudanças propostas pelo NEM.

Exploraremos diferentes referenciais teóricos para a construção desse trabalho, alguns nomes como Peter Burke (1997, 2003), Evaldo Piolli (2021), Marisa Bittar (2012), entre outros, contribuíram para enriquecer nosso embasamento. A partir das teorias desses acadêmicos buscamos organizar uma sólida fundamentação teórica, apoiados pelos documentos oficiais que norteiam a educação básica de um modo geral, isso permitirá analisar de forma detalhada como a educação no Brasil foi sendo estabelecida e os passos que sucedeu para a contemporaneidade.

Efetivamente nosso referencial teórico está pautado em três pontos: Educação no Brasil entre séculos (XX – XXI). O novo ensino médio. Parâmetros curriculares nacionais (PCN'S) e proposta curricular do ensino médio da Paraíba. Cada um desses tópicos buscando trazer embasamento teórico para a discussão da referida pesquisa.

Metodologicamente, essa pesquisa se caracteriza estruturalmente em quatro eixos, o levantamento bibliográfico subsidiado pelos elementos relatados anteriormente, em segundo momento ocorrerá o levantamento dos dados, estes obtidos através das entrevistas e questionários, seguida pela terceira etapa que é a interpretação dos dados adquiridos através

dos elementos da segunda etapa, e como última etapa ocorrerá a análise de conteúdo dos livros didáticos de história antes e depois da implantação do NEM.

Por fim, ocorrerá a etapa de resultados e discussão, esta observará todos os dados e informações adquiridos mediante as pesquisas e entrevistas, fundamentalmente será nesta etapa que ocorrerá a compreensão real das informações adquiridas que dão relevância para o trabalho, acrescido a essas informações terá também a análise de dois livros didáticos um de antes e outro do período após a implantação do NEM.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Compreender os impactos causados pelo Novo Ensino Médio - NEM nas aulas de história entre os professores e alunos nas escolas estaduais Clóvis Pedrosa e Alcides Bezerra do Município de Cabaceiras- PB.

2.2 Objetivos específicos:

- Analisar as mudanças realizadas pelo projeto do NEM nas Matrizes Curriculares Estaduais da Paraíba e problematizar a sua legislação mediante as diretrizes Curriculares Nacionais- DCNs;
- Compreender as diferenças entre as matrizes curriculares atuais e as anteriores implantadas na Paraíba;
- Observar a percepção da comunidade escolar da cidade de Cabaceiras mediante as mudanças propostas pelo NEM;
- Analisar os livros de História antes e depois a reforma do Novo Ensino Médio.

3.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL ENTRE SÉCULOS (XX – XXI)

Processo que se estende desde o século XVI, a educação brasileira passou por diversas mudanças ao longo dos séculos. Iniciado pelo trabalho missionário dos jesuítas juntamente com a chegada dos portugueses, a educação no país foi se reconfigurando de acordo com os governos que o sucederam.

De nosso interesse os caminhos percorridos pela educação entre o final do século XX e o início do século XXI, nos atentaremos a esses. Nesse sentido, com os desdobramentos políticos da República recém proclamada, pensar em educação no Brasil a partir do ano de 1900 nos leva a análise de quatro sistemas políticos diferentes, onde, para cada um desses, a educação no país ganhara novos desenhos na sua história.

As políticas educacionais, até muito recentemente, eram políticas que expressavam uma ampla autonomia de decisão do Estado, ainda que essa autonomia fosse, necessariamente, a resultante das relações (complexas e contraditórias) com as classes sociais dominantes, e fosse igualmente sujeita às demandas das classes dominadas e de outros atores coletivos e movimentos sociais. (AFONSO, 2001, p. 2).

Nessa perspectiva, temos no início dos anos noventa, um Brasil com altas taxas de analfabetismo e uma educação voltada para as classes sociais mais privilegiadas que representavam pequena parte da população. A escola, por sua vez:

Em muitos aspectos, pouco diferia daquela dos jesuítas, os fundadores das primeiras instituições de ensino brasileiras. A Igreja Católica ainda exercia, direta ou indiretamente, uma grande influência sobre o sistema de ensino. Mesmo com a criação de escolas públicas, no período do império, o modelo tradicional se manteve: a leitura e a aritmética eram as bases do ensino, acompanhadas de algum ensino moral ou religioso e, posteriormente, de noções de história e geografia. (GAZETA DO POVO, 2021).

Uma das primeiras mudanças no sistema educacional do país surge a partir do século XX na década de 1930 com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932 que tem como um dos principais representantes Anísio Teixeira. Escrito no governo de Vargas o manifesto trazia para o país uma proposta educacional em que o direito de todos ter uma

educação igualitária sem discriminação por classe social pois a escola pública é gratuita e poderia garantir educação para todos estava assegurado (HADDAD, 1932)¹.

Em cenário emblemático que faz parte da história do país, no governo de Getúlio Vargas que se estendeu de 1930 a 1945, a educação seguia um propósito, alavancar o Brasil como uma nova potência mundial. Nesse sentido, devido à necessidade de legitimar o regime, foi criada uma estrutura de propaganda onde a educação era seu maior meio de propagação.

Assim, durante a Era Vargas, o currículo educacional no Brasil passou por várias mudanças significativas. Houve uma centralização do ensino pelo governo federal, com ênfase no nacionalismo e na promoção da identidade nacional brasileira. As disciplinas para meninas frequentemente incluíam costura, cuidados domésticos e artes, refletindo os papéis de gênero tradicionais da época. Para os meninos, disciplinas como ciências naturais, matemática e educação técnica eram comuns, visando prepará-los para carreiras profissionais e fortalecer a sociedade.

Trazendo para o ensino da disciplina de história, durante a Era Vargas, refletia-se as preocupações do governo em promover o nacionalismo, fortalecer a identidade nacional brasileira e sustentar a legitimidade do regime. Essa abordagem resultou em uma narrativa histórica que enfatizava o desenvolvimento nacional e glorificava o papel do Estado na construção da nação, esse controle para garantir que a disciplina estivesse alinhada aos interesses do regime.

A educação foi compreendida como um veículo de divulgação do novo regime, servindo como instrumento de propaganda, com imagens e símbolos difundidos em ambiente escolar que remontam a uma nova consciência nacional. As cartilhas eram instrumentos de doutrinação infantil, sendo esta produção, e também os próprios livros didáticos, produtos e produtores dos contextos político e social da época, utilizados como instrumentos para legitimação de poder, transmitindo valores e ideologias. Duas cartilhas educacionais produzidas ou financiadas pelo DIP são analisadas por Schmitz e Costa (2015), sendo elas: “Getúlio Vargas: o amigo das crianças” (1940) e “Getúlio Vargas para crianças” (1942). De acordo com os autores, ambas são leituras simples e de fácil acesso, e destinadas a estudantes de diversas idades. Elas tinham como objetivo “modelar o comportamento desejado”, além de difundir o ideário de nação do Estado Novo (SCHMITZ E COSTA 2015, apud DE MEDEIROS, 2020, p. 16).

¹ No que diz respeito a História geral da Educação, um dos primeiros movimentos do século XX voltado para as questões educacionais é marcado pelo surgimento da Escola dos Annales, movimento que surge na França na primeira metade do século. Para esse, a educação era o único meio para formar uma sociedade nas suas diferentes individualidades e respeitando a particularidade do sujeito, por conseguinte, esse, também, tem por objetivo trazer a educação como uma função de democratizar a sociedade pois assim faria com que as oportunidades fossem iguais para todos

Passando-se os anos, o Brasil assiste no ano de 1964 a mais um momento de transformação política que influenciou diretamente na educação. Falamos aqui do período conhecido como o “*Golpe de Estado*” ou mais popularmente conhecido “*Ditadura Militar*”.

O governo militar modificou a educação para centralizar o sistema, exercer autoridade ideológica e reprimir ideias consideradas subversivas. Uma atitude autoritária e conservadora levou a mudanças na educação. Por um lado, os militares usaram a educação como forma de instrumento com a finalidade na hegemonia, por outro lado a classe trabalhadora foi privada para que pudesse ter um crescimento econômico, preservando os interesses das elites e causando a exclusão dos mais humildes. Além disso:

O governo que tinha por objetivo inserir o ideário político militar pautado na Doutrina de Segurança Nacional, inseria no currículo escolar e no dia a dia das instituições educacionais a obrigatoriedade do ensino de três disciplinas: “Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B), Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudos Sociais, disciplina que condensou os conteúdos de humanidades, incluindo história e geografia.” (AMORIM apud MEDEIROS, 2023, p. 55).

Essas alterações dos conteúdos evidenciavam uma prática estratégica do governo. A mudanças nas logísticas de orientações dos conteúdos nos níveis da educação, em conjunto com as modificações na orientação para os trabalhos que tinham que ter como primazia a correlação das suas atividades com o objetivo do governo instaurado. Efetivamente a educação tornava-se elemento importante como um instrumento ideológico para a valorização de um *corpus* de ideias, crenças e valores centrados no ideário de um único Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse a omissão da divisão social, a direção das massas pelas elites e a valorização da “democracia racial”, que teria homogeneizado num povo branco a população brasileira (ABUD, 1998).

Nessa perspectiva, a repressão aconteceu copiosamente, professores e seus atos eram vigiados, alunos observados, veículos de comunicação, todos passavam por vigia e as repressões que as pessoas sofriam tinha respaldo que seria para a segurança nacional. Após o fim da Ditadura Militar e o processo de redemocratização do Brasil, a Constituição brasileira de 1988 juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996), proporcionaram outras configurações ao ensino do país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) tem por princípio organizar o ensino do Brasil em diretrizes estruturando as organizações de ensino em níveis, etapas e modalidades, gerando autonomia nas instituições federais, estaduais e municipais de educação, e com a obrigatoriedade que houvesse uma formação mínima aos profissionais da

educação e a necessidade que os alunos tivessem a matrícula efetivada para continuar a receber o ensino primário (BRASIL, 1996).

Atualmente, o sistema educacional brasileiro do século XXI e sua estrutura curricular vem passando novamente por transformações. Com o intuito de construir um indivíduo com competências mais complexas, um profissional integrado no mercado de trabalho mais rapidamente, já saindo do ensino médio com cursos tecnicistas, aptos para atuação de formação, modelo de educação que muito se assemelha ao já conhecido ensino profissionalizante do ano de 1970² o Novo Ensino Médio atualmente implantado de maneira gradual nas escolas do Brasil, tornou-se motivo de diferentes discussões entre os profissionais da educação e toda comunidade que por ela se interessa, discussão que veremos mais adiante.

3.2 O NOVO ENSINO MÉDIO

Ao longo da história o acesso e permanência dos estudantes no ensino médio sempre representou uma questão preocupante. O cenário de crise foi associado à falta de atratividade exercida pelo sistema de ensino dividido de forma rígida em disciplinas e ao preparo inadequado do jovem para o mercado de trabalho (ORTEGA, MILITÃO, 2022).

Mediante isso, passou a observar a necessidades de ampliar o interesse do jovem a essa etapa da educação. Por isso a reforma do ensino médio busca minimizar para o jovem a um risco social, vulnerável à violência e ao tráfico de drogas. Ampliar a carga horária deles na escola seria uma alternativa para garantir sua proteção. Defendia-se também a necessidade de repensar a formação dos jovens, de forma a torná-los “protagonistas” e “livres” para fazerem suas escolhas (LOPES, 2019).

A juventude é ao mesmo tempo colocada como uma etapa de risco e que, portanto, precisa de tutela, e também como vítima de um sistema escolar engessado que não respeita sua autonomia. A combinação, apesar de contraditória, é uma expressão característica do modo de governo neoliberal, que amplia e reforça as instituições de controle (como os aparatos policiais e jurídicos) enquanto propaga o discurso de liberdade de escolha (LOPES, 2019, p.53).

² Devido à crescente demanda por habilidades técnicas e práticas na força de trabalho, o ensino profissionalizante aumentou na década de 1970. O foco dos programas de formação profissional era em campos como a indústria, a tecnologia, a mecânica, a eletrônica e a carpintaria. A oferta de cursos aumentou significativamente, com esforços para combinar o ensino profissionalizante com o ensino regular. Para garantir a importância do treinamento prático, parcerias com a indústria foram estabelecidas. O papel do ensino profissionalizante no desenvolvimento econômico e social foi cada vez mais reconhecido e valorizado (SOARES, 2016).

Em 2013, foi apresentado um projeto de lei para a realização de uma reformulação no ensino médio (PL 6.840/2013). Em 2016, buscando a criação de um consenso, durante uma coletiva de imprensa, Mendonça Filho, na época ministro da educação, divulgou os dados do IDEB do Ensino Médio no Brasil, enfatizando os “péssimos” indicadores e a necessidade de promover uma reforma (MOTTA, FRIGOTTO, 2017).

Conhecida de forma coloquial como “Reforma do Ensino Médio” a Lei nº 13.415/2017, acarreta mudanças firmes na Educação Básica, com o aumento da carga horária, juntamente com o tempo integral que foi sendo ofertado em diversas formas.

Como conclusão mais geral, trata-se de uma contrarreforma que expressa e consolida o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antinacional, antipovo, antieducação pública, em suas bases político-econômicas de capitalismo dependente, desenvolvimento desigual e combinado, que condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana. Uma violência cínica de interdição do futuro dos filhos da classe trabalhadora por meio da oficialização da dualidade intensificada do Ensino Médio e de uma escola esvaziada, na perspectiva de Antonio Gramsci. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 369).

Essa reforma determina a ampliação da carga horária anual desse segmento de 800 para 1400, incentivando a instalação de escolas de ensino médio em tempo integral. Analisando esse aumento da carga de trabalho, pode-se supor que o papel dos professores seria aprimorado e novos empregos surgiam. Entretanto, consta no artigo 3º e parágrafo 5 desta mesma lei: ““A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.” (BRASIL, 2017).

Para garantir a concepção de formação humana integral como proposta para o ensino médio, foram organizadas ações como a formação continuada de professores/as e investimentos em programas educacionais. Vivenciávamos, então, um tempo de importantes avanços para o ensino médio brasileiro. Embora alguns dos antigos dilemas ainda fossem problemas, como acesso e permanência dos jovens, tínhamos avançado no que dizia respeito à organização curricular e à significação de práticas pedagógicas que consideravam e/ou priorizavam a formação integral (CORRÊA, 2018; JAKIMIU, 2016).

3.3 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS) E PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DA PARAÍBA

Os PCNs se constituem como documentos não obrigatórios que funcionam como orientadores e referenciais da qualidade para a educação nos ensinos fundamental e médio, tendo sua implantação nas escolas a partir do ano de 1997, escrita inicialmente nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental da educação básica. De acordo com Lacerda (2022), Os PCNs podem ser divididos em três partes: a primeira, destina-se à alfabetização estendendo-se do pré-escolar até a 4ª série (atualmente 5º ano), a segunda, lançada em 1998, trazem os referenciais para 5ª série até a 8ª série (equivalente dos atuais 6º ao 9º ano), e por fim, a terceira, elaborada no ano 2000, destina-se às direções voltadas para o Ensino Médio.

A elaboração dos PCNs tivera papel de importância na história da educação brasileira. A sua utilização auxiliará a criação de vários instrumentos pedagógicos que foram de grande importância no desenvolvimento da educação de um modo geral, fundamentalmente eles eram utilizados como documento regulador e orientador da educação básica tendo em vista que esses parâmetros eram separados por série. Nessa continuidade, seu papel principal foi orientar e subsidiar os currículos estaduais e municipais, além da elaboração de propostas curriculares escolares, e nas práticas pedagógicas de um modo geral. Dessa forma os PCNs passam a ter papel importante como subsidio da educação no Brasil (WEIDEMER, 2013, CURY, 2002).

Pensando na educação básica no nível do ensino médio temos a elaboração das Propostas Curriculares Do Ensino Médio (PCEM). A BNCC³ não determinou o detalhamento das programações das disciplinas em cada série do Ensino Médio. Por isso, cada Estado produziu sua própria proposta curricular. Ao observar a estrutura da educação básica no nível médio no Estado da Paraíba temos as seguintes informações:

No contexto da Paraíba, conforme os dados do Censo Escolar realizado no ano de 2018, o Estado possui 621 escolas que ofertam Ensino Médio, sendo 18 escolas pertencentes à rede pública federal, 436 escolas à rede pública estadual, 4 escolas às redes públicas municipais e 163 escolas à rede privada. Além disso, 93% destas escolas estão localizadas em áreas urbanas e 7% em áreas rurais. Na Paraíba estão matriculados cerca de 126.057 estudantes no Ensino Médio, sendo 105.970 na rede estadual de ensino, o que corresponde a 85% das matrículas de adolescentes, jovens e adultos. (PARAÍBA, 2020, p. 22).

A construção do PCEMPB seguiu várias etapas ao longo de dois anos, incluindo consultas públicas, acatando contribuições da comunidade escolar e foi redigida por

³ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que define os conhecimentos, competências e habilidades que todos os alunos brasileiros devem adquirir ao longo da educação básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Ela regula a formação dos estudantes, garantindo uma educação de qualidade, equitativa e alinhada às demandas da sociedade atual.

professores da rede estadual de ensino do Ensino Médio (OLIVEIRA, 2021). No documento acima citado, o ensino do componente curricular História é visto como ciência, contendo procedimentos, metodologias e objetivos específicos adequados às demandas da educação básica. Além disso, o estudo da História é considerado uma prática social, com tomada de posição e aquisição de sentido na sociedade (OLIVEIRA, 2021).

Não obstante, as mudanças elaboradas pela Secretaria de Educação do Estado da Paraíba – SEEPB, vão contra a importância descrita anteriormente a disciplina de história, assim como nas mais variadas disciplinas como pode-se observar nos trabalhos de estudo. Em Silva et, al (2023), por exemplo, ao fazer uma análise de 16 unidades da federação observou problemas semelhantes e a diminuição da carga horária da BNCC em detrimento de curso técnico e disciplinas eram passadas de formas precárias e que não traziam o devido benefício para os alunos.

Desse modo objetivamente será realizado no decorrer deste trabalho uma análise prática da distribuição da carga horária da disciplina de história em duas modalidades de ensino médio presente no Estado da Paraíba (modelo regular noturno, Escolas Cidades Integradas Técnicas).

4 METODOLOGIA

4.1 Contextualização da área de estudo

O município de Cabaceiras está localizado no interior da Paraíba, na mesorregião do Cariri, na microrregião do Cariri Oriental paraibano. Conta com uma população estimada de 5335 hab., em uma extensão territorial de 469,171km², (BRASIL, 2022).

4.2 Formação do município de Cabaceiras

Após a expulsão dos Holandeses em 1654 e a queda da economia açucareira, o interesse para o interior cresceu. Chegaram os primeiros pecuaristas na região em “*terras devolutas*” nas “*cabaceiras de uma data de André Vidal de Negreiros*”, segundo uma carta da sesmária registrada em Salvador no ano de 1655⁴. Essas terras descritas como terras devolutas tiveram como proprietários iniciais a família Oliveira Ledo, encabeçados pelo senhor Antônio de Oliveira Ledo, Custódio de Oliveira Ledo e Costantino de Oliveira Ledo. De acordo com Sousa (2015), esses por volta de 1665 solicitaram o direito ao uso dessas terras mediante ao fato de que estas nunca tinham sido cedidas para pessoa alguma.

De acordo com Rietvald (2017), em seu livro “*O antigo termo de Cabaceiras artigos históricos*”, o nome do município de Cabaceiras antes da fundação da Villa Federal em meados da década de 1830, antes da criação da freguesia também nesta década, aparece pela primeira vez em um documento da Sesmária de 1734. O que faria o lugar ganhar esse nome ainda é uma discussão ausente e de poucas evidências. Para o autor, é possível traçar as origens da cidade de Cabaceiras a pessoa de Pascácio de Oliveira Ledo, sobrinho do Antônio de Oliveira Ledo, e irmão de Teodósio de Oliveira Ledo, conhecido pela ocupação realizada nos territórios que deram origem a Campina Grande.

Nessa continuidade, Pascácio após vender parte das terras povoadas por ele ao Tenente Domingos de Farias Castro, e o Capitão Antônio Ferreira Guimarães, estes considerados os fundadores da comunidade em que hoje se encontra a sede do município construiriam uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, a qual a esposa de Domingos era devota. Ao redor daquela capela que deu origem a atual Igreja Matriz de Cabaceiras, espalhou-se o povoado que originou a cidade (SOUSA, 2015).

⁴ RIETVELD, João Jorge. **O antigo termo de Cabaceiras Artigos históricos**. Cópias e Papéis 1º edição 2017 Queimadas-PB. 374 P. 2017.

Antes distrito do município de Campina Grande na Paraíba, no mês de julho do ano de 1834, Cabaceiras é elevada à categoria de município, chamada de Vila Federal de Cabaceiras, sua dimensão territorial era considerável tendo como seus limítrofes ao Norte: São João Do Cariri e Campina Grande, ao Sul: o município de Ingá e o Estado de Pernambuco, ao Leste: novamente Ingá e Campina Grande e, ao Oeste: São João do Cariri.

A estrutura arquitetônica do município merece atenção por ainda preservar suas características originais, com um bom nível de preservação, marcadas por um estilo neoclássico, boa parte do centro histórico do município foi erguido entre os séculos XVII e início do XX. Aliada a essa preservação e suas características naturais, como uma baixa pluviometria anual, boa iluminação natural por ser uma região semiárida, foram importantes para que nos últimos anos o município pudesse ser palco de várias gravações cinematográficas, destacando-se regionalmente como a “*Roliúde Nordestina*” uma alusão a Hollywood, centro da indústria cinematográfica dos Estados Unidos.

4.3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa teve como estrutura metodológica as seguintes etapas: levantamento bibliográfico; entrevista com os professores: aplicação de questionário; análise e interpretação dos dados; Análise de livros didáticos pré e pós NEM.

A pesquisa estrutura-se como qualiquantitativa tendo em vista que ocorrerá obtenção de dados a partir de questionário e entrevistas nas escolas alvo da pesquisa.

A) O levantamento bibliográfico se sucederá com base em artigos que subsidiaram a pesquisas através de fundamentações relacionadas ao tema, e que auxiliassem mais claramente no entendimento dos conceitos usados.

B) Serão aplicados questionários, semiestruturados os quais estarão contidas perguntas que remetem ao objetivo do trabalho. E serão com os professores e alunos da rede estadual de ensino que trabalham e estudam no município de Cabaceiras, área alvo do estudo.

C) Haverá a análise e interpretação dos resultados através dos questionários e entrevistas que serão realizadas.

D) Por fim, ocorrerá a análise de conteúdo dos livros didáticos de história antes e depois da implantação do NEM.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ensino Médio vem passando por várias mudanças e transformações. Para alcançar uma maior estrutura no intuito de trazer os jovens para sala de aula, as diretrizes curriculares nacionais são afetadas diretamente por essas. A reforma do Novo Ensino Médio, que tem por finalidade aumentar a carga horária na escola, com argumentos de reverter a evasão escolar, gerar nos alunos mais identificação, aumento de aprendizagem, entre outros argumentos, trazem impactos significativos no processo educacional das escolas públicas.

Trazendo especificamente para a disciplina de história que é o intuito deste trabalho, houve redução na quantidade de aulas ministradas pelos professores, especificamente nas escolas cidadãs integrais técnicas, sua nova carga horária trás além dos componentes curriculares, as unidades curriculares, seu intuito é trazer um suporte para as disciplinas. Observamos muitas disciplinas com pouca carga horária, neste caso o objetivo desta reforma no ensino médio deveria ser para aumento no número das aulas, sem a necessidade deste suporte, pois no aumento das aulas já deveria ser o suficiente para suprir e ser passado em sala todos os conteúdos.

Quando antes se tinha duas aulas semanais na disciplina de história, depois da reforma possui apenas uma, algo que na teoria foi construído para que os alunos tivessem uma maior tempo de aprendizagem, nos componentes curriculares básicos, foi reduzido e acrescentados outras unidades curriculares para que a carga horária vá sendo cumprida. Baseando-se nas diretrizes do ano de 2024 pode-se observar o número de apenas uma aula de história da BNCC destinado para a disciplina de história, como mostra a figura 01.

Na figura 01 podemos observar que a matriz curricular está direcionada apenas as 2º e 3º séries do ensino médio. Esta matriz estava sendo a oficial e em uso, todavia, o Governo do Estado decidiu fazer alterações gerando uma nova matriz para as 1º series.

Figura 01: Diretrizes curriculares turmas da 2º e 3º séries da ECIT

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO GERÊNCIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS TÉCNICAS EIXO TECNOLÓGICO: Recursos Naturais CURSO: Agropecuária 09 aulas/dia - 50 minutos/aula PERÍODO DE USO EM 2024: 2º e 3º Séries		CARGA HORÁRIA SEMANAL						CARGA HORÁRIA ANUAL						
COMPONENTES CURRICULARES		1º Sem	2º Sem	3ºSem	4ºSem	5ºSem	6ºSem	1º Sem	2º Sem	3ºSem	4ºSem	5ºSem	6ºSem	
Formação Geral	Linguagens	Língua Portuguesa	3	3	3	3	3	3	50	50	50	50	50	50
		Arte	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Educação Física	2	2	2	2	2	2	33	33	33	33	33	33
		Língua Estrangeira (Inglês-Básico e instrumental)	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Língua Estrageira (Espanhol-Básico e Instrumental)	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
	Ciências Humanas	História	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Geografia	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Filosofia	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Sociologia	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
	Ciências da Natureza	Química	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Física	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Biologia	1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
	Matemática	Matemática	3	3	3	3	3	3	50	50	50	50	50	50
	Total Formação Geral		18	18	18	18	18	18	300	300	300	300	300	300

Fonte: Adaptado das diretrizes curriculares para as turmas de 2º e 3º séries do médio

6 NOVA DIRETRIZ ESCOLAS INTEGRAIS

Com o aprofundamento da pesquisa observou-se uma particularidade na distribuição da carga horária das Escolas Cidadãs Integrais⁵, apesar da pesquisa está sendo realizada em apenas uma escola integral, notou-se que esta utiliza duas diretrizes.

Trazendo o foco para a disciplina de história, todas as diretrizes destinadas as Escolas Cidadãs Integrais na sua Formação Geral Básica, contam com apenas uma aula de história, pois ocorreu essa diminuição na carga horária, objetivamente não ocorreu melhoria na distribuição da carga horária nesta disciplina da BNCC.

Na figura 02 será observado que há uma diferenciação na matriz curricular, nesta em específico, consta uma atualização apenas para a 1º série. Percebeu-se a necessidade de uma modificação, buscando suprir o déficit na carga horária que se mantinha em apenas uma aula por semana da disciplina de história.

O diferencial nesta matriz curricular atualizada será a disciplina de aprofundamento, o objetivo dela é fortalecer a aprendizagem nas disciplinas base da Formação Geral Básica, e possui a divisão entre aprofundamento I e aprofundamento II, além disso, os alunos podem escolher semestralmente de acordo com a oferta da escola qual iram reforçar seus aprendizados, são elas: Aprofundamento em Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Aprofundamento em Linguagens e suas Tecnologias; Aprofundamento em Matemática e suas Tecnologias (DIRETRIZES OPERACIONAIS 2024).

Porém para a eficiência dessa implantação se faz necessário que as aulas desta unidade curricular sejam ministradas por no mínimo dois professores da mesma área, e precisaram receber a mesma carga horária para o favorecimento das aulas (DIRETRIZES OPERACIONAIS 2024).

⁵ No período em que foi realizada a pesquisa o município de Cabaceiras - PB possui uma escola cidadã integral técnica.

Figura 02: Diretrizes curriculares turma 1º séries da ECIT

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

GERÊNCIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS TÉCNICAS - GEECT

MATRIZ ESCOLAS CIDADAS INTEGRAIS TECNICAS - ECIT - ENSINO MEDIO TECNICO														Aulas de 50 minutos	
CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO				AULAS SEMANAIS						CARGA HORÁRIA ANUAL					
EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS				1ª Série		2ª Série		3ª Série		1ª Série		2ª Série		3ª Série	
	COMPONENTES CURRICULARES			1º	2º	3º	4º	5º	6º	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre
Formação Geral Básica (FGB)	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa		3	3	3	3	3	3	50	50	50	50	50	50
		Arte		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Educação Física		2	2	2	2	2	2	33	33	33	33	33	33
		Língua Inglesa		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Língua Espanhola		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Geografia		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Filosofia		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Sociologia		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Física		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
		Biologia		1	1	1	1	1	1	17	17	17	17	17	17
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática		3	3	3	3	3	3	50	50	50	50	50	50
	Total Formação Geral				18	18	18	18	18	18	300	300	300	300	300
	UNIDADES CURRICULARES			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Aprofundamento	Aprofundamento I			3	3	3	3	3		50	50	50	50	50	0
	Aprofundamento II			2	2	2	2	2		33	33	33	33	33	0
Total Aprofundamento				5	5	5	5	5		83	83	83	83	83	0

Fonte: Adaptado das diretrizes curriculares para as turmas da 1º séries do médio

Cabe o enfoque a respeito da aplicação das diretrizes nas ECTI's, neste ano de 2024 por ser o primeiro ano da aplicação apenas a 1º série do ensino médio está com a matriz atualizada, a 2º e 3º série do ensino médio ainda estão com a penúltima matriz. No ano de 2025 ocorrerá a ampliação para a 2º série do ensino médio, e assim sucessivamente até todas as series estarem contempladas com a nova matriz.

7 ESTRUTURA CURRICULAR ESCOLAS PARCIAIS

Assim como no regime integral ocorreram mudanças na estrutura curricular das escolas parciais⁶, pode-se destacar que antes do NEM as escolas fundamentalmente se caracterizavam por ser de regime parcial. No entanto com a ampliação da carga horária tornou-se necessário a ampliação de um sistema de aulas em regime integral.

Todavia ao ser observado a diretriz curricular para as escolas parciais, é possível compreender que essas têm, inicialmente, em sua distribuição das aulas de história o mesmo número semanal de uma aula como pode ser observado na figura 03.

Assim como nas ECITs, as escolas parciais também possuem uma aula por semana destinada as disciplinas da BNCC, em especial a disciplina de história como podemos ver na figura número 03, apenas uma aula está sendo destinada a ela. Na escola que analisamos, a matriz que está sendo utilizada, já se aplica nas 1º, 2º e 3º séries do ensino médio, as aulas ocorrem no período noturno e possuem 40 minutos de duração.

⁶ No período em que se realizou a pesquisa o município de Cabaceiras – PB possui apenas uma escola parcial destinada ao ensino médio.

Figura 03: Diretrizes curriculares turmas do 1º, 2º e 3º das series de ensino regular

MATRIZ ESCOLAS DE TEMPO PARCIAL - ENSINO MÉDIO - NOTURNO Matriz vigente apenas para as turmas de 1ª, 2ª e 3ª Séries - 2024								Aulas de 40 minutos TURNO: Noturno TIPO DE MEDIAÇÃO: Presencial HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: INÍCIO 18:20 / FINAL 22:00 ESTRUTURA CURRICULAR: Formação Geral Básica e Itinerário Formativo MODALIDADE: Ensino Regular ETAPA: Ensino Médio FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA TURMA: Série/Ano (séries anuais)						
ITINERÁRIO INTEGRADO			CARGA HORÁRIA SEMANAL						CARGA HORÁRIA ANUAL					
		COMPONENTES CURRICULARES	1º Sem	2º Sem	3ºSem	4ºSem	5ºSem	6ºSem	1º Sem	2º Sem	3ºSem	4ºSem	5ºSem	6ºSem
Formação Geral Básica (FGB)	Linguagens	Língua Portuguesa	3	3	3	3	3	3	40	40	40	40	40	40
		Arte	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Educação Física	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Língua Inglesa	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Língua Espanhola	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
	Ciências Humanas	História	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Geografia	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Filosofia	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Sociologia	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
	Ciências da Natureza	Química	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Física	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Biologia	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
	Matemática	Matemática	4	4	4	4	4	4	53	53	53	53	53	53
Total Formação Geral			18	18	18	18	18	18	240	240	240	240	240	240

Fonte: Adaptado das diretrizes curriculares para as turmas de 1º, 2º e 3º séries do médio noturno

Diferentemente das ECIT's nesta matriz, foi acrescentado Itinerários Formativos, que são exclusivos para ser reforço das disciplinas base da BNCC, o aprofundamento nas escolas regulares é destinado como uma segunda aula na semana Figura 04, fazendo com que efetivamente a disciplina de história dobre sua carga horária semanal para duas aulas. Apesar do aumento ser aparentemente pequeno, ao levar em consideração que essas aulas são semanais, no decorrer de 3 anos as escolas parciais terão uma diferenciação considerável em relação as Escolas Integrais.

Figura 04: Diretrizes curriculares turmas do 1º, 2º e 3º das series de ensino regular da Paraíba (Itinerários Formativos)

Itinerários Formativos (IF)	Aprofundamento - Integrado	UNIDADES CURRICULARES	1º Sem	2º Sem	3º Sem	4º Sem	5º Sem	6º Sem	1º Sem	2º Sem	3º Sem	4º Sem	5º Sem	6º Sem
		Língua Portuguesa	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Matemática	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		História	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Geografia	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Língua Inglesa/ Língua Espanhola (revezamento)	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Biologia	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Química	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13
		Física	1	1	1	1	1	1	13	13	13	13	13	13

Fonte: Adaptado das diretrizes curriculares para as turmas de 1º, 2º e 3º séries do médio noturno

8 PERCEPÇÃO DO CORPO DOCENTE E ALUNOS EM RELAÇÃO AS DINÂMICAS DAS AULAS DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO

As discussões a respeito das novas propostas impostas pelo novo modelo de currículo das escolas que ofertam o Ensino Médio no Brasil culminaram numa série de debates em crítica a esse. Nesse sentido, todas as escolas do país estão passando por adaptações não tão desejadas, principalmente pelo grupo docente. Essas mudanças referem-se a política governamental instituída pela lei 13.415 de 2017 que fala sobre o Novo Ensino Médio.

Partindo desse pressuposto, entendemos ser necessário buscar compreender o quanto essas mudanças interferiram no cotidiano das escolas. Além disso, procuramos entender como foram dispostas as dinâmicas pedagógicas nas escolas tomando por base a avaliação do NEM, pelos professores de História, profissionais que foram afetados com essas novas mudanças, e também pelos alunos, que também passam a serem prejudicados por essas.

Nessa continuidade, a população de nossa pesquisa encontra-se situada no Município de Cabaceiras-PB. O município dispõe de seis escolas, sendo duas escolas estaduais e quatro escolas municipais. Os professores e alunos depoentes distribuem-se entre as escolas estaduais: Escola Cidadã Integral Técnica Alcides Bezerra, localizada ao centro da cidade na zona urbana, e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Clovis Pedrosa, localizada na zona rural.

Em relação aos alunos, concederam entrevista seis alunos, três de cada escola, e um de cada série do Ensino Médio, tentando dessa forma contemplar todas as turmas. Dos professores de História, dois foram entrevistados, um de cada escola, pois só havia essa quantidade em ambas. Estes nos cederam um tempo para responder a um questionário com perguntas direcionadas a disciplina de história e como estas mudanças (NEM) chegaram até a sala juntamente com os seus alunos. A título de informação, as identidades dos entrevistados serão preservadas e estaremos chamando os professores pelo codinome “Depoente 1” e “Depoente 2”, para os alunos vamos chama-los de “Entrevistado” diferenciados entre os números 1 a 6.

Tendo em vista as mudanças ocorridas a partir do Novo Ensino Médio, em nossa observação de aula foi possível perceber que a prática docente se mantém a mesma, e a forma de aplicação do conteúdo da disciplina é bem similar. Os professores, por sua vez, tentam realizar o trabalho de forma lúdica, para chamar atenção dos alunos em sala. Os equipamentos tecnológicos como materiais de áudio e vídeo parecem ser sempre utilizados em ambas as escolas como forma de auxílio, podendo correlacionar os temas da aula e ajudar nos debates em sala. O livro didático não fica de fora.

Um dos primeiros apontamentos levantados pelos professores foi o tempo de aula lhes dado pela nova carga horária, “dar conta de todo o conteúdo no tempo que a nós é disposto” parece não ser uma tarefa fácil.

A pouca quantidade de aulas de História que faz com que tenhamos que cortar conteúdos e resumir bastante outros, isso dificulta nosso planejamento tendo em vista que para que os alunos entendam e progridam em determinado assunto ele deve ter um conhecimento prévio de outras temáticas que por muitas vezes são preteridos no planejamento por conta da carga horária reduzida (DEPOENTE 1, 2024).

Conforme as afirmativas, é possível perceber a insatisfação dos professores com o período das aulas dedicado a disciplina de história. Essa preocupação se fez presente em suas falas, porém, dado o aumento da carga horária essa inquietação não deveria existir visto que a ampliação do tempo dos alunos na escola deveria vir, pelo menos em tese para findar essa insuficiência.

Perguntados sobre as suas percepções em relação a disciplina de história no ensino médio, esses dizem:

Estudar história é essencial, não apenas no médio, mas, essencialmente nesse nível, é preciso aguçar a criticidade do alunado por meio do estudo histórico. Vejo que ainda estudamos pouco, as aulas são pouquíssimas e isso impacta diretamente no capital cognitivo dos discentes. (DEPOENTE 1, 2024).

Outro professor prossegue:

A pouca quantidade de aulas de História que faz com que tenhamos que cortar conteúdos e resumir bastante outros, isso dificulta nosso planejamento tendo em vista que para que os alunos entendam e progridam em determinado assunto ele deve ter um conhecimento prévio de outras temáticas que por muitas vezes são preteridos no planejamento por conta da carga horária reduzida. (DEPOENTE 2, 2024).

A disciplina de História na percepção dos professores “está sendo deixada de lado”, o Novo Ensino Médio, por sua vez, “é uma tentativa realista de acabar com a área de humanas.” (DEPOENTE 2, 2024). O NEM não está sendo aliado dos professores para uma educação completa e de qualidade, do contrário, “o novo E.M é sinônimo de ineficiência. Algo que na teoria parece um conto de fadas, na prática, ridículo!” (DEPOENTE 1, 2024).

Com base nas amostragens de distribuição das aulas de História nas diretrizes a carga horária foi diminuída, esse processo aparentemente dificultou as atividades dos professores e interferiu na dinâmica das aulas. Ao serem indagados especificamente se o NEM foi benéfico para a prática do ensino da disciplina de história a resposta foi unânime para com os professores:

Não, muito pelo contrário, a partir da aplicação do Novo Ensino Médio foi dada atenção a outras temáticas e o que era uma proposta para acabar com a fragmentação dos saberes na verdade só as reforçou. (DEPOENTE 1, 2024).

A passagem dos conteúdos em sala de aula se tornou resumos, com rasas discussões e pouca profundidade, deixando os professores de mãos atadas, pois precisam se desdobrar para ministrar suas aulas de forma breve, lidando até mesmo com a pressão de dar conta do conteúdo programático de todo o ano.

Temos que trabalhar com assuntos de forma resumida e os livros se tornaram um amontoado de resumos com pouco aprofundamento. Onde, praticamente somos obrigados a trabalhar de forma genérica. (DEPOENTE 2, 2024).

Fica evidente a dificuldade de se adequar a esta nova forma de ensino. A redução na carga horária da disciplina de história acaba sobrecarregando os professores obrigando-os a reestruturar todo o seu planejamento.

No caso da nossa escola que é Integral e Técnica, a carga horária de História se restringe a apenas 1 aula por turma durante a semana, isso prejudica bastante o desenvolvimento das atividades pedagógicas da disciplina e também dificulta o fechamento da carga horária fazendo com que o professor de História tenha que assumir outras disciplinas a fim de completar as horas/aula mínimas exigidas. (DEPOENTE 1, 2024).

Nessa perspectiva, percebemos como esse encaixe no arranjo das aulas pode ser problemático, os professores se capacitam, passam anos estudando na academia os conteúdos específicos para sua área de formação e na prática da sala de aula se faz necessário retirar um período a mais de tempo para se capacitar em disciplinas que não é a sua de formação. É fato que problemas existem em ambos os modelos de ensino, mas é necessário ponderar sempre o que mais facilita e ajuda o entendimento dos alunos e faz com que o trabalho dos professores seja algo leve e que se tenha estímulo para a educação ser impulsionada.

Comparando o modelo atual e o anterior os professores falam:

É fato que ambos os modelos tem seus problemas, no entanto o modelo anterior à reforma certamente dava mais ênfase aos assuntos e conteúdos historicamente constituídos. (DEPOENTE 1, 2024).

A educação requer tempo para ser lapidada, esse recorte na carga horária não permite ter uma abordagem mais profunda sobre o assunto proposto, trazendo uma reflexão mais rasa e rápida do conteúdo programático. Nota-se que essa redução de aulas poderá ser vista posteriormente na sua forma positiva ou na sua forma negativa, presentemente a visão dos professores no que tange os alunos exterioriza a dificuldade na aprendizagem: “Noto

uma relevante piora na aprendizagem, que se justifica tanto pela implantação do Novo Ensino Médio como também pelos impactos da pandemia.” (DEPOENTE 1, 2024).

Para além dos professores, torna-se essencial entender a percepção dos alunos, estes que são os mais interessados, pois os conteúdos ou a falta deles pelas mudanças nas cargas horárias os afetam diretamente. A primeira parte de nossa entrevista foi realizada com os alunos da escola técnica situada na sede do município.

Sabendo que o Ensino Integral é uma das reformas propostas pelo novo modelo de Ensino, perguntamos sobre a adaptação desses a nova proposta. Indagados se esses gostavam do ensino integral, ambos responderam “sim”, porém, os alunos informaram que também se torna cansativo passar todo o dia na escola: “Acho que podemos aproveitar mais do que estudando em apenas um turno, mas é cansativo.” (ENTREVISTADO 3, 2024).

Dando continuidade, e trazendo o foco para as disciplinas da BNCC, com todas as mudanças que foram citadas acima nas diretrizes, perguntamos aos alunos se em suas opiniões deveria ter mais aulas da disciplina de história. As respostas parecem divergiram entre os grupos das escolas. Na escola técnica, os alunos respondem que sim, deveria ter mais aulas da disciplina, pois essa ajudaria ainda mais para a realização do ENEM⁷, e que na opinião deles seus colegas também iriam preferir um maior número de aulas na semana, pois atualmente contam com apenas uma aula de história: “Eu acho que sim, para ser mais focado para o Enem” (ENTREVISTADO 4, 2024).

A resposta dos alunos da escola regular que possuem duas aulas por semana é oposta aos alunos da escola técnica, os três afirmam que as duas aulas são suficientes e que a didática que a professora possui em sala de aula, supre a necessidade de uma maior quantidade de aulas na semana: “Sim, porque a professora ensina de uma forma que conseguimos suprir essa necessidade.” (ENTREVISTADO 4, 2024).

Muito embora, estejamos falando de uma diferença de uma aula por semana, entre escola integral e a escola regular, ao analisarmos a perspectiva em escala anual essa diferenciação passa ter um impacto considerável o que pode vir a trazer um considerável impacto nas aulas, e assim gerar essa diferenciação entre as opiniões dos alunos das diferentes escolas.

Em via de regra, as escolas tem em sua estrutura educacional uma divisão em duas partes, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que já era seguida em todas as instituições, e a parte diversificada que foi criada para atender a escola no seu modo

⁷ ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MEDIO é uma prova para entrada do indivíduo a universidade.

individual, o meio social que ela está inserida, busca trazer no aluno um desenvolvimento nos seus conhecimentos para uma hábil vida no mercado de trabalho. As disciplinas, nesse sentido, serão disponibilizadas de acordo com os cursos que a instituição possui no ano letivo: Projeto de Vida, Eletivas I e II, Educação Tecnológica e Midiática, Intervenção Comunitária, Intervenção Social e Científica e todas as disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso técnico.

Questionados se trocariam alguma das disciplinas da parte diversificada do currículo por mais aulas de história na semana, percebemos que essas não são agradáveis aos alunos:

Trocaria a questão de estudo orientado por uma aula de História, porque, para mim, não servem muito essas aulas de estudo orientado. Eu acho que poderia ser trocado. (ENTREVISTADO 1, 2024).

Trocaria, porque eu acho que, às vezes, tem muita disciplina, muita aula que acho um pouco desnecessário. Então as aulas que temos de história, geografia, acho que são insuficientes, muito curso técnico e outras disciplinas que acho ser irrelevante. (ENTREVISTADO 2, 2024).

Sim, algumas delas são interessantes, tem assuntos que gosto, mas se eu pudesse fazer esta troca, certamente trocaria. (ENTREVISTADO 3, 2024).

Com relação a entrada na universidade que é algo muito almejado aos jovens que se encontram no ensino médio, o ENEM é a porta de entrada para todos eles, os ânimos ficam aflorados, e ansiedade é algo notória entre os alunos, pois será um novo passo e definirá quem será o sujeito na sociedade. Logo, quando perguntamos se essa redução na carga horária poderia interferir na sua jornada acadêmica, recebemos as seguintes respostas:

Em parte, sim atrapalha, porque antes tínhamos mais aulas da BNCC o que facilitava muito na questão do Enem que é o ponto de entrada para universidade. Isso pode dificultar um pouco a entrada na universidade, mas caso alguém que seja interessado pode estudar por fora além da escola e conciliar as duas coisas. (ENTREVISTADO 1, 2024).

Sim, com certeza. Porque na prova do Enem eles não vão me perguntar o que eu estudei na disciplina de projeto de vida, será perguntado algo que aconteceu na história do Brasil. (ENTREVISTADO 3, 2024).

Fica claro com as respostas dos alunos entrevistados como a redução pode ser algo que os deixam preocupados, assuntos que deveriam ter uma maior dedicação em sala de aula para o entendimento dos alunos estão ficando limitados para abarcar novos componentes curriculares como foi apresentado na resposta da Entrevistada 3. Certamente para adentrar em uma instituição acadêmica requer estudo para além do ambiente escolar, porém é interessante pensar na resposta do Entrevistado 1, não deveria ser necessário estudar em casa algo que em teoria poderia ser estudado na escola caso ocorresse uma adequação na carga horária existente na escola, ampliando dessa forma uma maior fixação do conteúdo da disciplina de história.

Além das informações até aqui obtidas, o livro didático com a nova reforma também passou por mudanças. Verificaremos a seguir quais foram elas e de que maneira isso pode afetar o Ensino de História.

9 ESTRUTURA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA ANTES E DEPOIS DO NEM

Podemos dizer que o principal instrumento de trabalho do professor e principal ferramenta de aprendizagem do alunado, ainda é o livro didático. Nos questionários passados aos entrevistados, o livro didático foi resposta unanime entre os professores como ferramenta

de trabalho, desta forma, analisar e fazer uma comparação do livro do NEM e o livro anterior a esta reforma se fez pertinente para este trabalho.

Os livros anteriores a reforma do NEM eram divididos e distribuídos por disciplinas, em que cada aluno tinha acesso a esse recurso de modo individual. Após a reforma os livros estão sendo fragmentados por áreas de conhecimento, são elas: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Em cada área de conhecimento serão distribuídas seis obras e o professor poderá utilizá-los sem uma ordem determinada, de acordo com o que ele achar mais adequado para o seu plano de aula.

As obras analisadas foram: “*História das Cavernas ao Terceiro Milênio*”, livro de História da 1ª série do Ensino Médio, autoria de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota do ano de 2016, editora Moderna e o livro da atual proposta “Moderna Plus”, com um grupo de 23 autores, do ano de 2020, a editora também, a Moderna. Não analisamos as seis obras da área do conhecimento, a título de amostragem fora analisado apenas um da coletânea do NEM e um anterior a reforma.

Nas fichas catalográficas dos livros já observamos uma diferenciação, onde, na primeira anterior a reforma, conseguimos verificar que o livro de História era dedicado apenas aos conteúdos de sua disciplina, já na posterior, essa é demonstrado como área de conhecimento em ciências humanas e sociais aplicadas, que é a área o Ensino de História está inserido.

Figura 05 A e B: Fichas catalográficas livros Ensino médio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Braick, Patricia Ramos
História : das cavernas ao terceiro milênio / Patricia Ramos Braick, Myriam Becho Mota. -- 4. ed. -- São Paulo : Moderna, 2016.

Obra em 3 v.
"Componente curricular: História"
Bibliografia.

1. História (Ensino médio) I. Mota, Myriam Becho. II. Título.

16-00530 DD-907

Índices para catálogo sistemático:
1. História : Ensino Médio 907

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0__11) 2602-5510
Fax (0__11) 2790-1501
www.moderna.com.br
2016
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moderna plus : ciências humanas e sociais aplicadas : manual do professor. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2020.

Vários autores.
Obra em 6 v.

Conteúdo: Natureza em transformação -- Globalização, emancipação e cidadania -- Trabalho, ciência e tecnologia -- Poder e política -- Sociedade, política e cultura -- Conflitos e desigualdades

1. Ciências humanas (Ensino médio) 2. Ciências sociais (Ensino médio).

20-37415 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:
1. Ensino Integrado : Livro-texto : Ensino médio 373.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0__11) 2602-5510
Fax (0__11) 2790-1501
www.moderna.com.br
2020
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

Fonte: Editora Moderna: imagens ilustrativas fichas catalográficas

Na perspectiva de conteúdo, analisamos um mesmo tema de cada livro para que pudéssemos realizar um comparativo entre as duas obras. O assunto escolhido para a similitude será *Mesopotâmia*, um dos primeiros capítulos abordados em aula devido a sua importância para o entendimento das primeiras civilizações.

Em via de regra é possível observar uma evidente diferenciação entre o conteúdo e sua disposição no livro, em "*História das Cavernas ao Terceiro Milênio*", livro que antecede a reforma, o conteúdo disposto no tópico *Mesopotâmia* possui um capítulo específico para a explicação deste tema. Sendo dividido em vários subtemas para uma explicação mais detalhada, um ponto interessante do livro são complementos que já traz para a leitura no corpo do texto, uma delas é uma leitura adicional intitulada *conectando com a geografia* buscando contemplar uma visão de conexão com a disciplina de geografia, embora isso possa ser em primeiro momento semelhante com a proposta do NEM. Efetivamente se difere, ao fato de que o trabalho interdisciplinar já existia antes da reforma, porém existia tempo suficiente para se trabalhar temas com a visão específica do historiador.

O capítulo possui um total de 14 páginas todas destinadas a temática de *Mesopotâmia*, com várias ilustrações para que seja possível uma maior facilidade na compreensão do conteúdo, e ao final do capítulo as atividades para os alunos a fim de uma fixação do conteúdo que foi trabalhado em sala de aula. Ainda sobre esse, pode-se observar que os

conteúdos são abordados de forma mais aprofundada, inclusive é possível notar que existe uma correlação com os momentos importantes dessa civilização relacionados ao tempo histórico de cada um deles, em que inclusive seria possível construir como estratégia metodológica uma linha do tempo com bastante elementos necessários à temática.

Falaremos agora sobre o livro do NEM “*Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*”, a disposição do tema *Mesopotâmia* também é apresentado no início da obra. Diferente do anterior, o capítulo não é exclusivo a explicação deste tema. De forma breve ele é disposto em apenas 4 páginas, nesse fragmento do livro a obra possui imagens que ajudam na compreensão do tema, mas devido a divisão do capítulo para abarcar outras civilizações antigas paralelas ao povo mesopotâmico, a apresentação da temática torna-se muito resumida, não tendo oportunidades para ser apresentado uma explicação mais rica em detalhes, como curiosidades da região por exemplo.

Dos pontos apresentados vimos: ocupação, organização social e política e economia. Nesses três tópicos é compreendido toda a temática de *Mesopotâmia*. O capítulo segue com os outros temas, para que ao final deste venha ter a atividade de fixação, na qual foi reservada apenas três questões dentre sete questões destinadas a temática central. Nesta perspectiva, podendo ser encaixada nas discussões formadoras da área das ciências humanas e sociais aplicadas (história, geografia, sociologia e filosofia), a abordagem desse tema traz uma explicação genérica, que não traz clareza em qual disciplina ela é objeto de estudo.

Feita a análise, é possível perceber como um livro se dedica mais na discussão do tema, em detrimento de outro. O livro “*História das Cavernas ao Terceiro Milênio*” permite ao professor realizar com mais amplitude e detalhes o debate de que proporciona a temática, facilitando, assim, a aula do professor, pois o livro cumpre o que foi designado a ser feito, auxílio do docente e entendimento dos alunos. Já com o livro da nova reforma, os assuntos são apresentados de forma muito resumida, o que em um livro pôde ser discutido em 14 páginas, esse dedicou apenas 4 páginas, fazendo com que o assunto seja “atropelado” em pontos de suma importância para o professor trabalhar com alunos e ampliar o conhecimento dos mesmos.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como elemento final deste trabalho foi analisado algumas considerações finais a respeito da pesquisa concluída. Primeiramente, pode-se observar o modelo de mecanismo das Diretrizes Curriculares vigentes no estado, na pesquisa foram analisadas três diretrizes usadas em apenas duas escolas – duas para o modelo ECIT, e uma para as escolas parciais noturnas. Analisou-se aspecto semelhantes como em relação a distribuição da carga horária da BNCC em todas as diretrizes tem a distribuição de uma aula por semana destinada para a disciplina de história.

Entretanto ao observar de forma mais concisa percebeu-se que um outro ponto das diretrizes (itinerários formativos), geram entre elas uma das principais diferenças, enquanto as duas destinadas para o Modelo integral não têm mais nenhuma aula com direção especificamente para a disciplina de história, na diretriz destinada para o modelo regular noturno, é destinada uma aula semanal a mais. Fazendo com que a disciplina passe a ter duas aulas por semana.

Muito embora essa diferença se apresente pequena em primeiro momento, quando observa-se essa mudança em uma escala anual esse impacto pode vir a ser muito significativo. Ademais é possível trazer um questionamento que vem a ser muito pertinente no momento, efetivamente um dos objetivos das escolas integrais seria o de fazer com que o aluno passasse a aumentar a carga de estudos, mediante ao fato de estar mais tempo na escola, no Estado da Paraíba a carga horária diária é de nove aulas com duração de 50 minutos, enquanto no regime parcial noturno a carga horária diária é de 6 aulas de 40 minutos. Todavia mesmo com mais disponibilidade de carga horária o 1º modelo destacado tem menos aulas que o 2º modelo.

Também se tornou essencial observar a percepção do corpo docente e estudantil a respeito das aulas de história a partir das mudanças do NEM. Em decorrência da análise feita nas diretrizes que nos mostrou um resultado sólido, a visão dos professores era necessária e também foi analisada, foi perceptível que o trabalho deles precisou também passar por reformulações, a diminuição da carga horária os afetou de forma direta, precisando ser feita uma reelaboração dos conteúdos programáticos para distribuição no ano letivo.

Ficou claro que para ambos os professores questionados em nossa pesquisa, a reforma do NEM não foi vista com bons olhos, os dois acham que afetou diretamente a disciplina de história, prejudicou eles de forma direta, precisando se desdobrar para fazer com que os alunos continuem com interesse em seguir os estudos, e principalmente continuar com entusiasmo para estudar a disciplina de história, por mais resumida que esta esteja atualmente.

Tanto um como outro falam que as estratégias para contornar essas mudanças são feitas de forma contínua em sala de aula.

A percepção dos alunos também precisou ser analisada, eles são parte significativa desta mudança, sua jornada educacional no ensino básico que provavelmente irá designar quem desejarem ser na futura vida acadêmica, ou não. As entrevistas feitas aos alunos das duas escolas do município demonstraram percepções interessantes, ficou claro que os alunos da escola técnica estão se sentindo afetados por essa mudança, eles demonstram que a carga horária destinada a disciplina de história não está sendo suficiente para consumir todos os conteúdos, e que outras disciplinas que complementam a sua carga horária diária, presentes na parte diversificada, não acrescenta um valor significativo para as suas formações.

Por fim, fica evidente que o NEM, apesar das inúmeras mudanças, não agradou todos e que no ponto de vista dos nossos entrevistados é necessário novas adaptações para que possa se adequar e preencher lacunas existentes atualmente. Ainda mais ao entender que a educação é elemento imprescindível no desenvolvimento da sociedade e que fundamentalmente está necessitada de atualizações, entretanto essas devem ser pensadas objetivando o senso crítico do aluno, e com a diminuição da BNCC em especial a disciplina de história a tendência é justamente a oposta com alunos mecanizados e desprovidos de pensamentos críticos e formadores de opiniões.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. **O saber histórico na sala de aula**, v. 2, p. 28-41, 1997.

ABUD, Katia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na Era Vargas. **Revista brasileira de História**, v. 18, p. 103-114, 1998.

AMORIM, Natália Santos. **Educação e protestantismo na cidade de Campina Grande – PB: o Ginásio Evangélico João Clímaco Ximenes (1930 e 1960)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 15-32, 2001.

BARBOSA, A. M. (org.). Ensino da arte: memória e história. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 02, p. 157-168, 2012.

BRAUN, Alice Jungblut; MAGALHÃES, Geovana Klaus. Getúlio Vargas: a imagem do mito político. **Epígrafe**, v. 10, n. 1, p. 218-246, 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**/ Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota. – 4. ed. – São Paulo: Moderna, 2016.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales** (1929-1989). Unesp, 1997.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2003. (Coleção Aldus, v. 18).

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho; SOUZA, TC de; MENDES, Patrícia Adorno. A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira. **Anais do Ciclo de Estudos Históricos, UESC, Santa Catarina**, 2009.

COSTA PREREIRA, Maria Zuleide da; SOUSA, Jorge Luis Umbelino de. Parte diversificada dos currículos da educação básica: que política é essa?. **Revista Espaço do Currículo**, v. 9, n. 3, 2016.

COUTINHO, Priscila Muniz. O movimento da Escola Nova no contexto histórico do primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). **History of Education in Latin America-HistELA**, v. 6, p. e33347-e33347, 2023.

DA SILVA, Matheus Gomes et al. A BNCC, a redução da carga horária de geografia e o dilema da seleção dos conteúdos: um debate necessário. **Revista Ensino de Geografia (Recife) V**, v. 4, n. 3, 2021.

DA SILVA, Fernando Antonio. LE GOFF, Jacques. A história deve ser dividida em pedaços. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 94, p. 84-88, 2016.

DE MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político/Vargas Era: the Education as a Political Instrument. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 14, n. 50, p. 835-853, 2020.

DINIZ, Leandro Neves. “Vadios, desprovidos e insolentes”: A dinâmica socioeconômica das famílias livres e pobres do cariri paraibano (1850-1880). 2018 143 p.

DOS SANTOS, Irene da Silva Fonseca; PRESTES, Reulcinéia Isabel; DO VALE, Antônio Marques. BRASIL, 1930-1961: ESCOLA NOVA, LDB E DISPUTA ENTRE ESCOLA PÚBLICA E ESCOLA PRIVADA. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, n. 22, p. 131-149, 2006.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX. 2011.

FRANCA, L. *O método pedagógico dos jesuítas: O Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

HADDAD, Fernando; AZEVEDO, Fernando. Os manifestos. **AZEVEDO, Fernando (et al). Manifestos dos pioneiros da Educação Nova**, p. 101-106, 1932.

KANG, Thomas H. Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930–1964. **Latin American Research Review**, v. 52, n. 1, p. 35-49, 2017.

LACERDA, Matheus Cassiano Carlos. **A geografia e o novo ensino médio em escolas do bairro de Mangabeira**, João Pessoa-TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- Universidade Federal da Paraíba- UFPB João Pessoa, 2022. 58 p.

LEVINE, Robert. Pai dos pobres? Brasil na era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e pesquisa**, v. 32, n. 03, p. 465-476, 2006.

MEDEIROS. Tarcisio dinoá, MEDEIROS. Martinhos Dinoá. Ramificações Genealógicas do Cariri Paraibano. Ed. Brasília, CEGRAF, 1989. 584 p. : il.;

MODERNA PLUS: ciências humanas e sociais aplicadas: manual do professor. –1. Ed – São Paulo: Moderna, 2020. Vários Autores.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017).** Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017.

NOVO, Benigno N. MOTA, Antonio R. Pinheiro. **O direito à educação na constituição de 1988.** 2019.

OLIVEIRA, Vítor Lins. **O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DO NOVO ENSINO MÉDIO.** VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- CONEDU. 2021 12 p.

PAIVA, J. M. de. *Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII* Maringá: Eduem, 2012.

PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos jesuítas na educação brasileira. **Educação em revista**, v. 31, p. 201-222, 2015.

PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA, Wander. A educação no Estado Militar (1964-1985). **Cadernos de História da Educação**, UFU, v. 6, p. 1942-1951, 2006.

PARAÍBA. Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular do Ensino Médio.** João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1q7hNWJL7ScfzW26dAjqXai9oUVpLs4Zf/view> Acesso em 07/07/2023.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. A reforma do ensino médio e a educação profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional. **Revista Exitus**, v. 11, 2021.

RIETVELD, João Jorge. **O antigo termo de Cabaceiras Artigos históricos.** Cópias e Papéis 1º edição 2017 Queimadas-PB. 374 P. 2017.

SAVIANI, Dermeval. A história da escola pública no Brasil. **Revista de Ciências da Educação**, v. 5, n. 8, p. 185-201, 2003.

SHIGUNOV NETO, Alexandre et al. A reforma pombalina e suas implicações para a educação brasileira em meados do século XVIII. **Tendências pedagógicas**, 2019.

SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Educação, infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”. **EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação**, PUCPR, 26 a 29/10/2015, 2015.

SILVA, Monica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e271803, 2023.

SILVA, T. S. da, Pasqualli, R., & Spessatto, M. B. (2023). DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES. *Educação Em Foco*, 28(1), e28007. Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/39210>. 2023.

SOARES, Roberto Leite. A educação profissional no Brasil: entre o tecnicismo dos anos de 1970 e a pedagogia das competências nos dias atuais. 2016.

SOUSA, L. C. de A. O Museu Histórico e Cultural de Cabaceiras: narrativas e memórias de uma cidade no cariri paraibano (2002 - 2015). 2015. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

VIAMONTE, Perola Fatima Valente Simpson. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. **Educação em Perspectiva**, v. 2, n. 1, 2011.

WIEDEMER, Marcos Luiz. **PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAL**. Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 117-122, ago. 2013.